

DEMONSTRATIVO - JANEIRO A DEZEMBRO/2013
Número de Publicação: 640989

ESTADO DO PARÁ - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	87.838.866	
Pessoal Ativo	71.903.107	
Pessoal Inativo e Pensionistas	15.935.759	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	14.740.750	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	508.443	
Decorrentes de Decisão Judicial		
Despesas de Exercícios Anteriores	2.573.642	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	11.658.665	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	73.098.116	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	73.098.116	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	13.336.642.643
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,5481
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,6800%	90.689.170
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,6460%	86.154.711

FONTE: SIAFEM/2013

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas

estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do

art. 35, inciso II da lei 4.320/64.

A despesa com pessoal apresentada obedece ao disposto na Resolução TCE nº 16.769, de 14/08/2003

JOSÉ CARLOS ARAÚJO
Conselheiro Presidente

ELISÂNGELA MARIA BATISTA DE SOUZA
Diretora Adjunta de Orçamento e Finanças
ESTADO DO PARÁ - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2013

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Recursos do FUMREAP-TCM	477.489		477.489
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	477.489		477.489

Receita Patrimonial - Outros Poderes	53.109	53.109
Recursos Ordinários	2.121.016	2.121.016
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	2.174.125	2.174.125
TOTAL (III) = (I + II)	2.651.614	2.651.614

FONTE: SIAFEM/2013

JOSÉ CARLOS ARAÚJO
Conselheiro Presidente
ELISÂNGELA MARIA BATISTA DE SOUZA
Diretora Adjunta de Orçamento e Finanças
ARISTIDES PINHEIRO GOMES NETO
Controlador Interno
ESTADO DO PARÁ - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2013

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Recursos do FUMREAP-TCM					477.489	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)					477.489	
Receita Patrimonial - Outros Poderes					53.109	
Recursos Ordinários - Investimentos		40.970			2.121.016	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)					2.174.125	
TOTAL (III) = (I + II)		40.970			2.651.614	

FONTE: SIAFEM/2013

JOSÉ CARLOS ARAÚJO
Conselheiro Presidente
ELISÂNGELA MARIA BATISTA DE SOUZA
Diretora Adjunta de Orçamento e Finanças
ARISTIDES PINHEIRO GOMES NETO
Controlador Interno
ESTADO DO PARÁ - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2013

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	73.098.116	0,5481
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,6800%	90.689.170	0,6800
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,6460%	86.154.711	0,6460

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		